



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Fundamentos da Política Social

Políticas sociais no Brasil contemporâneo

Thaynara Moreira Botelho¹

Resumo

Refere-se a um artigo² que faz uma análise crítica das Políticas Sociais no Brasil hodierno. Primeiramente listaremos a configuração destas políticas permeadas pelos ajustes neoliberais. Em seguida nos basearemos em categorias de Marx para elucidar o processo da crise estrutural e sua relação com as parcimoniosas políticas sociais. Por fim falaremos da importância da Educação Popular, onde as lutas devem se dar para além das políticas sociais.

Palavras-chave: Políticas sociais. Crise estrutural. Educação popular.

Abstract

Refers to an article that makes a critical analysis of Social Policies in today's Brazil. First we will list the configuration of these policies permeated by neoliberal adjustments. Then we will base on Marx's categories to elucidate the process of structural crisis and its relation to social policies parsimonious. Finally we talk about the importance of Popular Education, where fights should be given in addition to social policies.

Key-words: Social policy. Structural crisis. Popular education.

1 INTRODUÇÃO

Conscientização é óbvio, que não pára, estoicamente, no reconhecimento puro, de caráter subjetivo, da situação, mas, pelo contrário, que prepara os homens, no plano da ação, para a luta contra os obstáculos à sua humanização (FREIRE, 1987, p. 65).

O debate sobre Políticas Sociais na conjuntura atual do capitalismo se torna complexo uma vez que temos várias vertentes teóricas com interpretações, significações e qualificações diferentes para a mesma política. Inicialmente torna-se pertinente fazermos considerações sobre a configuração da Política Social na cena coeva marcada

¹ Mestranda em Política social pela Universidade Federal do Espírito Santo

² Este artigo foi baseado em um trabalho realizado para disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos da Política Social do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

pelos ajustes neoliberais³. Contudo, estas podem ter um impacto negativo, a partir do momento que se fragmentam, focalizam as ações e se tornam residuais. Dessa forma, não devemos ficar esperando⁴ mudanças no sistema capitalista apenas por meio da garantia dos direitos sociais promovido pelas próprias políticas sociais. Elas são marcadas pelos ajustes neoliberais e incapazes de promover e/ou emancipar as pessoas que se encontram numa posição desigual (PEREIRA, 2008).

Em seguida, assinalaremos a crise do capital, a fim de explicitar sua configuração, situaremos algumas categorias de Marx. Nesse momento, vale frisar que, chegamos num estágio do sistema capitalista em que a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais se dá de forma assustadora. “A crise em curso apresenta saídas regressivas e bárbaras, socializando seus custos, a exemplo da forte ofensiva contra os salários e os direitos sociais” (BOSCHETTI et al., 2010, p. 33). Dessa forma é pouco provável que o capitalismo saia da crise em sua fase tardia⁵ (MANDEL, 1990; MENEGAT, 2008; KURZ, 1996). Acreditamos que é impossível, na realidade de um país subdesenvolvido que foi agravado pela crise estrutural, a presença de políticas sociais universais⁶.

Por fim elencaremos que apenas pela via da Política Social não será suficiente alcançar a práxis emancipatória. Torna-se pertinente, além de lutar pelas políticas, lutarmos pelo fortalecimento das massas populares para além das vias institucionalizadas. Na concepção freireana, esse movimento “não se faz de “A” para com “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo – um mundo que impressiona e desafia a um e a outro originando visões ou pontos de vistas sobre ele (FREIRE, 1987, p.48).

2 A POLÍTICA SOCIAL PERMEADA PELOS AJUSTES NEOLIBERAIS

Por dizer respeito a um processo complexo, multideterminado e contraditório (PEREIRA, 2008) percebemos que fazer uma análise crítica da Política Social na cena

³ “Implica na desregulamentação de direitos, no corte dos gastos sociais, em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais” (BEHRING, 2008, p. 37).

⁴ Vale frisar que as políticas sociais, mesmo no auge do Estado de Bem Estar Social, sempre tiveram caráter não emancipatório no sentido marxista.

⁵ Capitalismo tardio teve seu início por meio dos “elementos que favoreceram a ascensão do capital após o longo período depressivo que vai até 1939” (BEHRING, 2011, p. 120).

⁶ A perspectiva social democrata acredita que por meio do avanço do capitalismo é possível se ter políticas sociais universais.

contemporânea se torna uma tarefa difícil uma vez que nem mesmo o Serviço Social tem um conceito próprio dessa política. Com isso surgem “[...] inúmeros problemas interpretativos e teóricos” (COIMBRA, 1987, p. 78).

Assim sendo, é interessante notar que “[...] a maior parte da literatura sobre política social tende a superdimensionar seu papel, quando não vê este fenômeno em articulação com outras estratégias político- econômicas” (BEHRING, 2011, p. 169).

A fim de clarificar o processo, quando falamos em Políticas Sociais devemos considerar suas conexões internas e externas, suas causas múltiplas e as relações que estão articuladas a elas sejam culturais, econômicas, políticas, históricas etc. Concordamos com Behring e Boschetti quando afirmam que as dimensões da Política Social “[...] não devem ser entendidas como partes estanques que se isolam ou se complementam, mas como elementos da totalidade, profundamente imbricados e articulados” (2011, p. 43).

Por meio dos estudos e análises da Política Social na contemporaneidade percebemos que alguns autores apesar de compreenderem a configuração dessa política (tendo em vista que atendem principalmente aos interesses do grande capital) ainda apostam nelas por meio de perspectivas social- democratas. Como por exemplo, podemos citar uma passagem do livro de Boschetti et al. explicitando que deveria ocorrer um salto de qualidade no campo dos direitos onde deveria existir “[...] uma outra lógica de alocação do fundo público, menos voltado para a reprodução ampliada do capital e mais direcionada aos trabalhadores, às maiorias” (2009, p. 62).

Destarte, sabemos da limitação da Política Social⁷, da função da alocação do fundo público⁸ principalmente num país subdesenvolvido que não chegará ao patamar de desenvolvido enquanto perdurar o sistema capitalista. Para este

[...] é necessário que a grande maioria permaneça tanto ignorante quanto pobre. O acontecimento amplia e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais facilmente suas necessidades podem ser atendidas (MARX, 1996, livro I, vol. 1, p. 248).

⁷ “Como direito de cidadania e/ou como elemento redistributivo são insuficientes e mais mistificadores da realidade” (BEHRING, 2011, p. 174).

⁸ “O fundo público se forma a partir de uma punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais- valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metaforseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriada pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções [...] participa do processo de rotação do capital” (BOSCHETTI et al., 2010, p. 20).

Conforme Salvador “o fundo público ganhou contornos restritivos, tanto pela ótica do financiamento como pela dos gastos sociais, muito aquém das já limitadas conquistas da social-democracia ocorrida nos países desenvolvidos” (2010, p. 27).

As políticas sociais são importantes para o bom funcionamento do capital. Não se deve “[...] pensá-las descoladas da esfera econômica uma vez que “[...] não existe por um lado política econômica e por outro lado políticas sociais” (NETTO, 2003, p. 13). Nesse sentido entendemos que a política a que estamos aludindo é um mecanismo que serve para “minimizar” os efeitos avassaladores que o capitalismo pode causar, elas são implementadas, na maioria das vezes, pelo Estado⁹ capitalista. Para tanto, na cena atual, sobretudo depois dos ajustes fiscais, as políticas sociais atuam na [...] focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência, e na mobilização da solidariedade individual e voluntária (BEHRING, 2008, p. 65).

Sob a égide do capitalismo, a política social se situa num campo de disputa de interesses entre dominados e dominantes. Ela

[...] não se dá num vácuo teórico, conceitual e ideológico, e nem está isenta de ingerências econômicas e correlações de forças políticas. Pelo contrário, são essas ingerências e correlações que a orientam e a animam num contexto movido por mudanças estruturais e históricas (PEREIRA, 2008, p. 16).

Com a mundialização do capital, as políticas sociais sofrem grandes impactos por meio da “Reforma Gerencial do Estado¹⁰”, sobretudo na década de 1990. Esta reforma se refere a um processo de contrarreforma¹¹ implicando em um profundo retrocesso social, ou seja,

[...] uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política (BEHRING, 2008, p. 59).

Algumas tendências operantes na política social resultantes dessa “reforma” são: a desresponsabilização do Estado e do setor público em consonância com poucos fundos públicos, privatização/mercantilização dos serviços, políticas emergenciais sem

⁹ “Estado que retém o Estado político de modo a separá-lo da sociedade civil e a ela se opor” (HERRERA, 2011, p.3).

¹⁰ Proposto por Bresser Pereira no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) se refere a uma “reforma da administração pública” (BEHRING, 2008, p. 176).

¹¹ Concordamos com Behring que o Plano de Reforma se refere a um processo de contrarreforma onde são aniquilados os direitos sociais e as formas de participação da população (2008).

perspectivas de mudança a longo prazo, reduzidas a focalização e prestação de serviços de baixa qualidade (NETTO, 1993). Em nome das ditas “reformas”, houve a retenção¹² de parcelas de arrecadação de receitas que deveriam ser utilizadas em favor das Políticas Sociais (SALVADOR, 2010).

As políticas sociais universais, conforme ocorreu em alguns países europeus não ocorreu e nunca ocorrerão no Brasil. Nosso país, ao contrário dos países desenvolvidos é marcado pela heteronomia, pela vulnerabilidade externa. Com isso “[...] o processo de industrialização brasileira nem foi suficiente para assegurar emprego para todos nem para instituir uma “sociedade salarial”, continuando a haver significativas taxas de desemprego” (SALVADOR, 2010, p. 31).

Desde sua inserção no Brasil, a política social faz parte de um “[...] contexto autoritário no interior de um modelo de crescimento econômico concentrador de renda e socialmente excludente” (GOMES, 2001, p. 21). Portanto, como estratégia do Estado capitalista, vai sempre atuar em favor do capital, o Estado não é uma entidade neutra, é “um conjunto de relações criado e recriado num processo histórico tenso e conflituoso em que grupos, classes ou frações de classe se confrontam e se digladiam em defesa de seus interesses particulares” (BRAVO e PEREIRA, 2008, p. 26). Por isso essas autoras consideram que o Estado é uma arena de conflitos onde irão prevalecer os interesses dos dominantes em detrimento dos dominados.

Concordamos com Boschetti et al. quando salienta que “[...] o Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou de cooptação de interesses. Perfila-se, em conseqüência, um divórcio crescente entre o Estado e as classes subalternas” (2009, p. 32). Estas ficam a mercê do sistema capitalista, que as discrimina e estigmatiza suas ações.

Com o advento da “Reforma do Estado” no Brasil, privilegiou-se: o pagamento dos juros da dívida¹³ (em detrimento da área social), da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal¹⁴ e da Desvinculação das Receitas da União (DRU)¹⁵.

¹² Essa retenção diminui o investimento que deveria ser efetuado nas Políticas Sociais em nome da “Reforma do Estado”, a fim de se atingir as metas de ajustes fiscais.

¹³ De acordo com o site da Auditoria Cidadã, o Orçamento Geral da União em 2013 gastou com os juros e amortizações da dívida o equivalente a 40,30% do orçamento geral, ou seja, 718 bilhões de reais. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 7/1/2015.

¹⁴ Aprovada nos anos 2000, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, está em dissonância com os preceitos da Constituição de 1988, não se tem a preocupação com a área social.

¹⁵ Permite retirar “recursos dos fundos sociais que integram a seguridade social para enfrentar o desequilíbrio fiscal e financeiro do Tesouro Nacional” (SALVADOR, 2010, p. 43).

Indubitavelmente “[...] há uma forte tendência de desresponsabilização pela política social - em nome da qual se faria a reforma – acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social” (BEHRING, 2008, p. 211).

Para tanto, diante desse cenário, os ajustes proferidos pelo Estado, fizeram com que as políticas sociais se tornassem mais limitadas, restritas a uma parcela da população e sem perspectivas de mudanças positivas para área social em longo prazo.

2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: APONTAMENTOS PARA O DEBATE

Consoante a essas questões, constatamos que se torna pertinente esboçarmos algumas categorias de Marx para entendermos a configuração da política social e sua relação com a crise atual (que faz parte da estratégia do capital), gerando o desemprego¹⁶ persistente e a dificuldade de absorção no mercado de trabalho (BOSCHETTI, 2012).

Sendo assim, conforme Marx, as tecnologias geradas pelo avanço do sistema capitalista não tem a devida preocupação com as relações sociais que perpassam o processo. A esfera da produção de mercadorias situada pela forma Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria (M - D - M), onde se concentrava um grande número de pobres laboriosos nas fábricas e onde a geração do valor de uso era o objetivo final, é substituído na esfera da circulação pela fórmula Dinheiro- Mercadoria- Dinheiro (D- M- D´). Nesse estágio, o dinheiro adquire novas formas, é transformado em capital, onde se parte do dinheiro e se retorna ao mesmo extremo sendo sua finalidade o valor de troca (MARX, 1985, livro II).

Com o avanço da tecnologia, o capital não precisa mais de muitos trabalhadores em suas indústrias ou fábricas, portanto são substituídos por máquinas e, ou robôs, acirrando a crise e conseqüentemente aumentando o número de desempregados (CARCANHOLO, 2011).

Com o capitalismo global temos na esfera da circulação, o avanço do setor financeiro, muda-se o foco novamente e a dependência externa deixa ser tecnológica e passa a ser financeira (PEREIRA, 2012). A partir de então, temos o capital comercial que pode ser subdividido em capital de comércio de: mercadorias e de dinheiro. Os juros ¹⁷

¹⁶ “Acena para o aumento de programas sociais, inclusive de caráter assistencial permanente” (BEHRING, 2011, p. 171).

¹⁷ “... parte do lucro, isto é, da mais valia que o capitalista funcionante, industrial, ou comerciante, à medida que não emprega seu próprio capital, mas capital emprestado tem de pagar ao proprietário e prestamista desse capital. (MARX, 1986, tomo I, p. 277).

que surgem como parte do lucro (valor de uso do dinheiro), são produtos do valor que se valoriza. Com isso o dinheiro ganha forma de promessa escrita de pagamento surgindo o capital fictício¹⁸ introduzindo a especulação real (CARCANHOLO; SABADINI, 2009; SABADINI, 2013).

O sistema de crédito, que origina o capital fictício em escala mundial, possui as seguintes tarefas: necessidade de formação do crédito, diminuição dos custos e substituição de dinheiro-ouro por papel. Esse sistema “transforma as empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações” (MARX, 1986, tomo I, p. 335).

Com o desenvolvimento do setor financeiro, o processo se atravanca gerando a crise que passa a ser estrutural onde os países subdesenvolvidos perdem espaço no cenário mundial, portanto não são mais capazes de competir com os grandes monopólios dos países desenvolvidos. A partir de então, o maior problema dos países de Terceiro Mundo hoje não é a exploração de trabalho pelos países desenvolvidos, mas sim sua falta (KURZ, 1996). Com o processo de autonomização do capital o

[...] trabalho é substituído por complexos sistemas de produção automatizados, a criação de riqueza perde as suas antigas bases materiais, gerando ao mesmo tempo uma imensa crise estrutural – que é constatável pelo desemprego estrutural - e um limite lógico para continuidade da acumulação – que se deve à perda de sua substância viva: o trabalho (MENEGAT, 2008, p. 3).

Por meio dessa complexificação, o mercado mundial se torna “[...] um espaço de rivalidade, onde as corporações mantêm uma ambígua relação de dependência e concorrência entre si. A mundialização caracteriza-se por uma enorme concentração da oferta nos setores de alta tecnologia e de produção de escala” (BEHRING, 2008, p. 43).

O desenvolvimento desigual e combinado presente no processo de industrialização, por meio da modernização conservadora que ocorreu no Brasil, sobretudo no período ditatorial com “[...] as explorações das regiões atrasadas, não fazem mais parte da dinâmica da concorrência mundial. Os ganhos se realizam pela própria concorrência competitiva do mercado” (MENEGAT, 2008, p. 5).

Tendo como foco a análise dessas políticas no Brasil, vale à pena lembrarmos que por ser um país subdesenvolvido, os impactos das expressões da questão social¹⁹ se

¹⁸ “Por detrás dele não existe nenhuma substância real e não contribui em nada para a produção ou para a circulação da riqueza, pelo menos no sentido de que não financia nem o capital produtivo, nem o comercial” (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p.43).

¹⁹ Refere-se ao “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

tornam mais profundos uma vez que nossa sociedade é marcada pela dependência, atraso e vulnerabilidade externa. Por isso “[...] enquanto no plano internacional desencadeava-se a reação burguesa, o Brasil, no contexto da ditadura militar pós 64²⁰ vivia a expansão do “fordismo à brasileira” por meio do Milagre Brasileiro (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 134).

Estamos vivendo um processo que nos levará a instauração da barbárie se nada for feito (MENEGAT, 2008). Pelo estágio a que o capitalismo chegou, os países subdesenvolvidos terão cada vez menos espaços no cenário mundial, as políticas sociais não serão capazes de garantir direitos sociais, ocorrendo maior flexibilização e focalização das ações, não pode se ter mais perspectivas de políticas sociais universais garantidoras de pleno emprego. Portanto,

[...] tudo indica que as causas do desemprego estrutural no Brasil ultrapassaram a justificativa da capacitação profissional para a nova indústria competitiva. [...] De outro lado, as políticas de geração de emprego têm passado pela flexibilização e desregulamentação de contratos, a partir de iniciativas como a instituição do contrato parcial de trabalho (BEHRING, 2008, p. 164).

Como se não bastasse, a realidade latinoamericana ainda é marcada pela “discriminación social y étnica sento las bases de una história de expoliación y sumisión socioeconômica de grupos sociales y pueblos íntegros, así como de inferiorización de identidades nacionales” (DANANI, 2010, p. 1).

Contudo, a social – democracia que fez parte do cenário europeu por meio da implantação do Estado de Bem Estar nunca fez parte da América Latina. Na Europa, as políticas keynesianas visavam garantir o pleno emprego e a taxação progressiva para reduzir desigualdades sociais. Na realidade européia, segundo Moreno e Pascual, a atuação do Estado de Bem Estar se deu da seguinte forma

Tal actuación se desarrolla en tres modos característicos: (i) El estado del bien garantiza a sus ciudadanos una “renta mínima” al margen del valor de mercado de su trabajo o propiedades; (ii) minimiza la inseguridad apoyando a los ciudadanos y sus familias frente a ciertas contingencias sociales tales como La enfermedad el desempleo o la pobreza; y (iii) hace provisión de un “conjunto de servicios pactado”, al cual tienen igual derecho todos los ciudadanos sin distinción de estatus o clase. Mediante su desarrollo posterior El estado Del bienestar há socializado a generaciones de europeos em los valores de igualdad y solidaridad (MORENO; PASCUAL, 2007, p.33).

²⁰ Vale ressaltar que a política social nesse período foi utilizada como “compensação ao cerceamento dos direitos civis e políticos, praticado pelo Estado, graças à existência à época de um ciclo econômico expansivo internacional, deu continuidade à industrialização desenvolvimentista no país (PEREIRA, 2012, p. 733).

Vale frisar que essas políticas não conseguiram evitar a crise, apenas a amorteceu por um período obtendo um controle sobre o ciclo do capital (BEHRING, 2009).

Já o Brasil, por ser um país dependente, subdesenvolvido, nunca foi efetivado o Estado de Bem Estar Social, além disso, a tributação sempre foi regressiva, incidindo mais nas pessoas que recebem menos. Conforme Salvador,

As empresas transnacionais são usuárias contumazes do planejamento tributário, ou seja, escapam da tributação doméstica por meio de arranjos legais e ilegais, fazendo uso da elisão e sonegação fiscal, de forma que o sistema tributário em países da periferia torna-se cada vez mais regressivo, aumentando a carga sobre a classe trabalhadora e as camadas de menor poder aquisitivo (SALVADOR, 2010, p. 135).

Com isso, por meio dos agravantes da crise que já foram citados, os países subdesenvolvidos entram num enorme patamar de desigualdade social²¹. Os ditos direitos sociais são metaforseados em nome do ajuste fiscal e muitos são transformados em práticas assistencialistas, tendo sua execução implementada também por organizações não governamentais quando não são privatizadas.

3 PERSPECTIVA FREIREANA DE EDUCAÇÃO POPULAR

O capitalismo não consegue mais mascarar a destrutividade deixada por suas ações. Tal fato impõe ao povo ações revolucionárias pois não se contentam mais com políticas minimalistas impostas por esse sistema.

Contudo, a luta pela garantia dos direitos sociais por meio das políticas sociais, apesar de ser de extrema importância onde muitos sujeitos só conseguem sobreviver devido aos benefícios que recebem, não deve se limitar a esse patamar uma vez que as políticas não serão capazes de solucionar as expressões da questão social, sobretudo depois que a crise deixou de fazer parte de um processo cíclico para se tornar estrutural.

Por isso, a luta dos assistentes sociais deve ser no sentido de dar espaço aos

²¹ Segundo a Revista Carta Maior, “é possível estimar que, em 2012, os 50% dos brasileiros mais pobres detinham 2 % da riqueza, 36,99% ficavam com 10,60 % e 13,01 % com 87,40%” Disponível em: <<http://cartamaior.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

movimentos sociais, de se trabalhar na perspectiva de educação popular²² com as massas populares²³, não ficando restrita somente a participação por vias institucionalizadas. Freire salienta que

[...] ao povo cabe dizer a palavra de comando no processo histórico cultural. Se a direção racional de tal processo já é política, então conscientizar é politizar. E a cultura popular se traduz por política popular; não há cultura do Povo, sem política do Povo (FREIRE, 1987, p. 11).

Os demandantes das ações não devem ser meros receptores das políticas, devem atuar em todo processo, na luta por uma sociedade mais equânime, onde os oprimidos possam ter espaços de participação, e passem a ter, para além da igualdade de oportunidade, igualdade de condições. Dessa forma, a conscientização pelo próprio povo “[...] lhe possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação (FREIRE, 1987, p 12).

Os assistentes sociais têm que repensar formas de ação para com os movimentos sociais, uma vez que eles estão percebendo as limitações das Políticas Sociais no cenário atual e estão buscando formas de se “desaprisionar” dessas políticas. Para tal constatação, refletimos sobre as formas de lutas das Brigadas Populares²⁴, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra²⁵ (MTST) no Brasil, o Movimento dos Zapatistas no México²⁶ e o Movimento dos Piqueteiros na Argentina²⁷.

Num processo de reflexão-ação e de conscientização, não se pode ficar passivo diante das ingerências econômicas, das políticas residuais que são impostas às massas, como se estas fossem meros objetos a serviço dos dominantes. O processo de

²² Nomenclatura utilizada por Paulo Freire (1987) para se referir a prática pedagógica dialógica onde os sujeitos oprimidos são educadores e educandos ao mesmo tempo. Logo esses sujeitos têm muito que contribuir para com as mudanças almejadas, não devem ser meros receptores do processo.

²³ Proposta por Freire (1987) para se referir aos sujeitos que não possuem mais espaço econômico no cenário atual devido à fase que o desenvolvimento capitalista alcançou.

²⁴ O documentário “Dandara” de Carlos Pronzato é interessante, pois fala sobre a mobilização das Brigadas Populares em Belo Horizonte/MG. Estas, juntamente com a comunidade daquela região, conseguiram ocupação para esta comunidade que não tinham onde morar ou que queriam sair do aluguel. Depois de cinco anos de ocupação, a comunidade abriga hoje duas mil famílias. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=FQ4zbXaZHGY>>. Acesso em 5/11/2014.

²⁵ Buscam: “Garantir a posse e uso de todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraiszeiros e quilombolas. Estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

²⁶ Lutam de forma assídua por colheita e terras no México (MENEGAT, 2008).

²⁷ Formam piquetes nas ruas, lutam por melhores condições de vida, não se contentam com os benefícios que recebem do governo (MENEGAT, 2008).

desalienação só é possível porque a “[...] desumanização, mesmo que seja um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores” (FREIRE, 1987, p.16). Portanto, pode ser passível de modificação.

A perspectiva de Educação Popular significa dialogar com as massas sobre sua própria ação, com intuito de que se libertem da ação dominadora dos opressores e possam contribuir de forma fortuita para mudar a injusta engrenagem vigente na sociedade capitalista em que vivemos. Nesse sentido,

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens [...] A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstrato nem sobre este mundo sem homem, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois, e vice-versa (FREIRE, 1987, p. 40).

A problematização sobre formas de participação das massas populares para além das instituídas pelas Políticas Sociais na atual conjuntura nos fornece elementos para permear o debate sobre a necessidade de valorizar as massas, suas formas de ação, de cultura por meio do diálogo crítico que busca romper com a estigmatização sofrida pelas mesmas inclusive pelas formas de ação das Políticas Sociais, tendo em vista que estas fazem parte da dinâmica capitalista presente em nossa sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos itens mencionados, percebemos que a conjuntura atual das políticas sociais é marcada pela perda de direitos, instabilidade social, aumento do desemprego (que se tornou estrutural devido à crise do capital agravada no final da década de 1970). Para tanto, torna-se necessário refletir sobre a política social por meio de uma perspectiva ampla, que leva em consideração suas limitações no cenário hodierno marcado pelos ajustes neoliberais.

Sabemos que as modificações ocorridas nas políticas sociais brasileiras, a partir do desemprego estrutural, são partes do capitalismo, faz parte da sua estratégia de centralização e concentração a fim de afunilar ainda mais a concentração de riquezas onde por meio da mundialização, poucos se tornam os detentores do grande capital. Permeando esse processo está a figura do Estado em nosso país que desde suas origens é capitalista. Concordamos com Romero quando afirma que “[...] sin embargo, desde el punto de vista histórico, y también rigurosamente actual, la idea de Política Social há estado y está unida íntimamente a la figura del Estado (1998, p. 35).

Permeado pelo sistema capitalista, o Brasil, marcado pelas ingerências econômicas, nunca chegará ao patamar de desenvolvido se nada for feito. Estamos caminhando para instauração da barbárie (MENEGAT, 2008). As políticas sociais, apesar de ainda serem um mecanismo importante para sobrevivência de muitos brasileiros (as), não serão capazes de acabar com a desigualdade social presente no país. A nação brasileira continua apresentando grande

polarização entre ricos e pobres; deficiências estruturais e acumuladas nas áreas da saúde, educação, assistência social, seguro-desemprego, qualificação dos trabalhadores desempregados e subempregados; e problemas crônicos nas áreas da infraestrutura urbana (habitação, saneamento básico, transporte), da reforma agrária e das políticas de emprego e renda (PEREIRA, 2012, p. 736).

O foco da política social sempre foi atender às necessidades do capital, as necessidades humanas ocupam o segundo plano. A partir dos itens mencionados, percebemos que nenhum governo brasileiro pós ditadura militar rompeu com os preceitos neoliberais (nem mesmo aqueles partidos que se diziam de esquerda). Dessa forma, o governo Lula seguiu os preceitos neoliberais da época de FHC prevalecendo o controle inflacionário, através das taxas das taxas de juros elevadas, a busca desenfreada de gerar o superávit primário e de ocorrer à restrição ao gasto público. Tal cenário tem se repetido no governo Dilma.

A agenda liberalizante endossa a estratégia de que o desenvolvimento social deve-se ter como objetivo a seguinte ação: “[...] focalização nos “mais pobres”, sendo esses definidos pelo critério do Banco Mundial (quem recebe até US\$ 2 por dia)” (FAGNANI, 2011, p. 6).

Por isso, nos últimos trinta anos, os movimentos sociais estão resistindo de forma mais assídua as políticas focalizadas e fragmentadas (MENEGAT, 2008). Nesse sentido, a vocalização a esses movimentos na perspectiva freireana de reflexão-ação, do diálogo crítico, de não se limitar as parcas políticas sociais contemporâneas, pode ser uma alternativa ao caos social, a instauração da barbárie em nosso país.

5 REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 754- 803, 2012.

BOSCHETTI, I. et al. **Política social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo A; SABADINI, Mauricio de S. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista Soc. Bras. de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.

CARCANHOLO, R. (Org). **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v. 1.

COIMBRA, M. A. Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais. In: ABRANCHES, S. et al. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

DANANI, C. El Espácio Público en su laberinto: las políticas sociales y las confrontaciones del universalismo. In: GLUZ, Nora y ARZATE SALGADO, Jorge (compiladores). **Particularismo y universalismo em las políticas sociales**: el caso de La educación. Buenos Aires; UNGS- Universidade Autónoma Del Estado de México, 2010.

FAGNANI, E. A Política Social do Governo Lula (2003- 2010): perspectiva histórica. In: **Revista Ser Social**, Brasília, v.13, n. 28, p. 41-80, jan./jun. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HERRERA, Rémy. Alguns Aspectos filosóficos e políticos da teoria de Estado em Marx e Engels. **Argumentum**, Vitória, v. 3, n.2, p. 71-93, jul./dez. 2011.

GOMES, M. de F. C. M. Avaliação de Políticas Sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, M. O. da S. (Org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n. 3, 2004.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MANDEL, E. **A Crise do Capital**. São Paulo: Ensaios UNICAMP, 1990.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política. Livro I Vol. I. Tomo 1. São Paulo. Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

_____. _____. Livro II. Vol. II. São Paulo. Nova Cultural Ltda. (Os Economistas), 1985.

MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 18, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Notebook/Downloads/texto_menegat%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Notebook/Downloads/texto_menegat%20(1).pdf). Acesso em: 9 nov. 2014.

MORENO, L. PASCUAL, A. S. Europeización del Bienestar y Activación. **Política y Sociedad**, v., 44, n. 2, p. 31-44, 2007.

NETTO, J. P. **Crise do Socialismo e ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O Materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, Cáscavel/PR: Núcleo de Estudos e pesquisas em Políticas Sociais/NEPPS, 2003.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Utopias Desenvolvimentistas e Política Social no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

ROMERO, R. M. Fundamentos Teóricos de la Política Social. In: BRACHO, C. A.; FERRER, J. G. (Coord.). **Política Social**. Madrid: McGraw- Hill, 1998.

SABADINI, Maurício de Souza. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.